



Texto Base Para Subsídio ao 6º Congresso da CONTRAF/CUT

Introdução

O VI Congresso da CONTRAF/CUT se realiza em um ano eleitoral em que o mundo presencia a destruição de vidas, riquezas, patrimônio e a queima de milhões de dólares em armamentos, em guerras de posição entre as grandes potências, mas realizadas em territórios alheios.

No Brasil, as atuais transformações beneficiam o capital e concentram riqueza. A democracia está entubada e respira por aparelho. O Estado foi tomado, dominado e subjugado aos interesses do capital nacional e global. Tem sido privatizado e se afasta de problemas sociais como desemprego, fome, miséria que atingem as classes populares, destacadamente sem renda e sem teto.

Neste tumultuado e perigoso cenário as circunstâncias nas quais se desenvolvem os combates da Contraf em 2022 caracterizam-se:

(a) pelo sofrimento e perdas com os milhares de mortos pela Covid19, decorrentes das políticas e posicionamentos genocidas de Bolsonaro e aliados;

(b) por altos índices de desemprego e de inflação, derivados de um neoliberalismo fortemente marcado pelos interesses do latifúndio, do agronegócio, dos banqueiros e dos grandes proprietários em geral, que impuseram o golpe de 2016 seguido de cinco anos de sistemáticos ataques às riquezas, ao patrimônio público, ao meio ambiente e aos direitos trabalhistas, previdenciários, sindicais e civis.

(c) Na categoria bancária conseguimos impedir muitos retrocessos, graças à mesa nacional e unificada de negociações, à Convenção e aos Acordos Coletivos negociados pela Contraf e entidades sindicais filiadas, que se prepararam e foram à luta em defesa dos interesses da categoria. Mesmo assim, a defesa de direitos e dos empregos é uma batalha cotidiana dos nossos sindicatos.





(d) pelo crescimento de grupos de extrema direita espalhados pelo país e estimulados pela família de Bolsonaro, que ameaçam o regime democrático e fomentam a violência contra negros, mulheres, índios e a população LGBTQI+. Grupos preparados para atos violentos para impedir a derrocada final de Bolsonaro nas eleições.

(e) por reações violentas da natureza ao aquecimento global, ao desmatamento e queimadas, à poluição e contaminação das águas dos rios, lagoas, aquíferos e dos mares, por lixo, plástico, agrotóxicos entre outros poluentes.

A vida, as classes populares, trabalhadores registrados, precarizados, informais e desempregados pedem socorro. Desemprego, falta de oportunidades de trabalho, desrespeito aos direitos e muitas vidas perdidas, pela Covid19, mas também pela violência, por desmoronamentos, vendavais, enchentes e secas.

Sob este cenário que realizamos nosso 6º Congresso, durante o qual nos concentraremos nos seguintes eixos para reconstruir o Brasil que a gente quer.

1. Defesa e ampliação de direitos

1.1 Campanha nacional

Segundo o Dieese, em 2021, 47,7% dos reajustes negociados no Brasil resultaram em índices inferiores ao INPC-IBGE. Comparado com os anos anteriores, 2021 registrou a menor proporção de reajustes iguais ou acima deste índice, apesar da significativa melhora dos resultados no segundo semestre daquele ano.

Em de 2022 teremos que renovar nossos acordos coletivos dentro de um contexto de ofensiva contra direitos dos trabalhadores, com medidas legislativas constantes para retirar direitos, com governo e instituições hostis e negociações em plena disputa eleitoral.

Será mais uma campanha que teremos que mobilizar a categoria para fortalecer a mesa única e renovar as Convenções e Acordos Coletivos, mantendo e ampliando as conquistas, contemplando os novos problemas derivados das transformações no sistema





financeiro e do intenso uso das inovações tecnológicas na organização e prestação de serviços bancários.

Em um ano marcado pelas disputas eleitorais e pelo aumento do custo de vida, os avanços e as inovações organizativas desenvolvidas pela CONTRAF/CUT e suas entidades filiadas devem ser potencializados, pois, as circunstâncias em que se desenvolverão as campanhas, a de renovação da CCT e ACTs e a eleitoral, exigirão um maior e mais intenso engajamento de dirigentes e ativistas no trabalho junto à base e nas redes sociais.

Nesta perspectiva, a construção das brigadas digitais e dos comitês de luta a partir de nossos sindicatos são estratégicos nestas campanhas, que ocorrerão praticamente no mesmo período.

1.2 Sistematizar nossa experiência de regulação do teletrabalho

A CONTRAF/CUT e entidades filiadas se destacaram nas negociações e na defesa dos direitos da categoria frente ao teletrabalho. Esta experiência deve ser difundida no parlamento, no mundo jurídico e para a sociedade, para assegurar um teletrabalho com qualidade e melhores condições para os trabalhadores e as trabalhadoras.

1.3 Debater e regular o trabalho de plataforma

As inovações tecnológicas e informacionais, a produção e a comercialização globais de mercadorias e serviços colocam em evidência o trabalho de plataforma. A revolução 4.0 é uma nova fase da hegemonia informacional-digital, sob o comando do capital financeiro. Entre as prioridades empresariais estão reduzir direitos trabalhistas e previdenciários, encargos sociais, custos logísticos e carga tributária. Querem um Estado enxuto e só para si.

O novo século se inicia com a bolha especulativa derivada do forte investimentos do setor bancário em produtos financeiros virtuais, onde as decisões são orientadas pelos algoritmos e são cada vez mais opacas. Em 2008, presenciamos a digitalização desenfreada do sistema financeiro e da economia seguida da desregulamentação do





trabalho, destruição e redução de direitos dos trabalhadores e dos sindicatos.

No Brasil, houve resistência a este processo de desregulamentação, mas explodiu com o golpe em 2016, com a reforma trabalhista, previdenciária e, em parte, também sindical. Crescem o desemprego, a informalidade e a subutilização da força de trabalho. Cai a renda e reduz a perspectiva de inserção formal no mercado de trabalho. É neste contexto de inovações tecnológicas, desregulamentação trabalhista e altos índices de desemprego que a contratação por plataforma se generaliza para todos os seguimentos, em geral sem contrato de trabalho. O sindicalismo terá que mergulhar e superar os desafios nesta nova configuração do mundo do trabalho.

No sistema financeiro, o que mais afeta são novos participantes como bancos digitais, fintechs, e plataformas de serviços financeiros, proceso acelerado com a pandemia da Covid-19. As corretoras de títulos e valores mobiliários usam escritórios de agentes autônomos de investimento, vinculados a plataforma no lugar de trabalhadores próprios. As plataformas como Franq e Teddy 360 operam com bancários autônomos, sem qualquer vínculo trabalhista, em ensaios de plataformização do trabalho no setor financeiro. A categoria bancária representa hoje a minoria dos trabalhadores no ramo financeiro.

No Brasil, ainda não há uma jurisprudência sobre as relações entre as empresas de aplicativo e os trabalhadores/as que lhes prestam serviços. A tendência de decisões favoráveis aos trabalhadores e trabalhadoras nas instâncias inferiores são afetadas pela tendência de negação do vínculo empregatício nas Cortes Superiores.

No âmbito da fiscalização, tanto os fiscais do trabalho como os procuradores do MPT, as atuações tem sido no sentido de negar a existência de vínculo empregatício. No TST, a posição favorável aos trabalhadores é residual a parte de uma das turmas, a maioria nega a existência de vínculo.





Muitas são as pesquisas e os debates em torno do trabalho em plataformas digitais. Inicialmente centrados nos entregadores e motoristas. Depois foram ampliando, abordando diversas questões relacionados a esta categoria de trabalho, que já atinge amplo leque de setores.

1.4 Acompanhar e combater a precarização.

O completo fracasso da reforma trabalhista quanto aos resultados anunciados não reduziu a ganância patronal e tampouco a disposição dos neoliberais, que insistem na precarização dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, tanto por mudanças legislativas como nos processos na Justiça do Trabalho.

1.5 A saúde e as sequelas da Covid19 continuam em pauta

O tema da saúde na categoria deve ser mantido em destaque, tanto devido à epidemia de Covid19 e suas sequelas, bem como porque o nível de adoecimento continua alto, especialmente as doenças psíquicas, consequência da pressão por resultados, metas abusivas e assédio moral.

A Covid19 entrou em nova fase, mas os riscos ainda existem e as entidades sindicais buscam garantir os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores e trabalhadoras, pois os índices de contaminação ainda são altos e os cuidados devem ser mantidos. O retorno daqueles que têm comorbidades e das grávidas tem sido abordado pelas entidades sindicais.

As entidades sindicais vão continuar cobrando dos bancos e do poder público o monitoramento dos casos de sequelas da Covid19, com garantia de tratamento adequado e acompanhamento médico.

1.6 Combater as desigualdades.

As desigualdades e diferenças de tratamento e condições de vida e trabalho têm se acentuado e se tornado cada vez mais graves. Desigualdades de gênero, de raça, de renda, do acesso às





tecnologias, nos territórios, de orientação sexual e pessoas com deficiência.

A difusão de casos evidencia uma situação estrutural que se torna mais visível no atual contexto. Razão pela qual o combate às desigualdades não pode se limitar ao grito de quem sofre com a discriminação, mas deve mobilizar e envolver o conjunto dos trabalhadores, independente de sexo, raça, cor e categoria profissional.

Os fatores geradores das desigualdades se reproduzem e grande parte da população os vivenciam simultaneamente, afetadas por múltiplos fatores de discriminação. Trata-se da desigualdade cruzada. As taxas de desocupação são maiores entre as mulheres, entre a população negra e maiores ainda junto às mulheres negras. Este mesmo indicador é amplificado se agregamos a dimensão territorial.

A luta para superar o racismo e o machismo é indissociável da exploração de classe, que molda o retrato de invisibilidade, exclusão e precariedade do trabalho das mulheres e da população negra e LGBTQI+. Nisto reside a essência da luta contra a violência e a opressão racista, machista e homofóbica, organizando a resistência de todas as pessoas que lutam por vida digna.

Neste aspecto, a existência de convenção coletiva de âmbito nacional se constitui em uma trincheira estratégica para preservar direitos e evitar a ampliação das desigualdades, que já são muitas. As desigualdades são estruturantes da miséria e da pobreza. Inserir a problemática nas negociações da categoria deve vir acompanhada da batalha para enfrentar as barreiras que as populações atingidas por estas profundas desigualdades enfrentam, o que pressupõe recuperar e universalizar as políticas sociais e os direitos.

2. Defesa do Brasil, da democracia, da soberania e das reformas que queremos: "Reconstruir o Brasil que a gente quer"

A "independência" do Brasil completa 200 anos, mas as desigualdades permanecem e os avanços civilizatórios





representados pelos direitos que conquistamos sofrem ataques sistemáticos. Nossa democracia tem revelado suas fragilidades, como foi o golpe contra Dilma Roussef e da injustiça prisão de Lula, posteriormente inocentado de todos os processos.

O saque às nossas riquezas atingiu um nível insuportável. Madeira e minérios são saqueados. Os processos de privatização e venda de empresas nos setores de energia e petróleo resultaram em abusivos aumentos de preços e aviltantes lucros e distribuição de dividendos à custa dos aumentos nos preços da energia elétrica, do gás, da gasolina, repassados para todos os setores. O desenvolvimento econômico sofre forte abalo e os avanços civilizatórios imensos retrocessos.

Em um contexto marcado por guerras e por mudanças geopolíticas, os espaços para a expansão e o desenvolvimento econômico são aproveitados por quem tem projeto de país, por quem sabe onde quer chegar, que espaço quer ocupar em um mundo globalizado. Com Bolsonaro, o Brasil se apequenou, se isolou e perdeu protagonismo.

Nosso país se encontra diante de uma encruzilhada. Ou volta para os trilhos do desenvolvimento e se insere de forma soberana no contexto mundial, ou está condenado a continuar perdendo oportunidades, virando um país sem futuro, submisso aos interesses de terceiros em detrimento dos brasileiros.

Para recuperar nossa capacidade de planejamento e retomar o protagonismo que tínhamos há menos de uma década é essencial que tenhamos no comando da nação um governo que tenha um projeto que restabeleça e reconstrua o Brasil no caminho do desenvolvimento com distribuição de renda e redução das desigualdades. Um país onde floresçam as oportunidades de trabalho decente, geração de renda, direitos e esperança para a atual e as futuras gerações.

2.1 Eleições 2022

As vitórias de candidatos de esquerda, ocorridas em diversos países da América Latina, nos fazem sonhar com um continente





livre; território onde o Brasil recuperará sua soberania e protagonismo nas articulações internacionais pela paz, por fortes investimentos estatais em um projeto de desenvolvimento inclusivo e ambientalmente sustentável, que distribua renda e gere igualdade de oportunidades para todos e todas, em uma América Latina economicamente integrada.

A manutenção de direitos e a ampliação de conquistas pressupõem a derrota de Bolsonaro e sua substituição por quem já provou que tem compromisso e sabe como recolocar o Brasil no caminho do desenvolvimento, viabilize um programa de renda mínima permanente, capaz de garantir a sobrevivência e a segurança da população mais vulnerável; e sabe como enfrentar o desemprego, a miséria e a desigualdade. Investir na garantia de condições de sobrevivência para o povo é justo, necessário e essencial para dinamizar a atividade econômica.

Mas, além de eleger Lula para a Presidência da República é preciso eleger governadores, senadores, deputados federais e estaduais, comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e com o Brasil que a gente quer. É preciso que o presidente saiba escutar, convencer e ser convencido em seus diálogos com prefeitos, governadores, deputados e senadores, mas também com as entidades representativas da classe trabalhadora.

A campanha Lula é o momento adequado para que as organizações populares e democráticas reponham suas energias, dinamizem suas redes, demandas e propostas. O encontro unitário das centrais sindicais; a Conferência Nacional Popular da Saúde, promovida pela Frente pela Vida em defesa do SUS; fóruns unitários e amplos por reivindicações anti-neoliberais são fundamentais para a vitória e para o diálogo com o possível futuro governo Lula.

A CONTRAF/CUT e entidades filiadas devem contribuir multiplicando a força e enraizamento social do movimento sindical, apoiando e participando diretamente na construção dos Comitês de Luta e das Brigadas Digitais. Esta nova iniciativa pode dar um novo potencial à candidatura Lula, organizando e fazendo a disputa na base, tanto nos locais de trabalho como de moradia.





Retirar Bolsonaro é, sem dúvida, o maior e mais importante conquista que teremos em 2022. É preciso por um fim ao genocídio, à preguiça e incapacidade de um presidente que vive em festas e pouco fez para enfrentar os problemas do Brasil. Os demais interesses da dos trabalhadores do Ramo Financeiro dependem de conquistarmos esta mudança na Presidência da República, no Congresso Nacional, nos governos estaduais e nas assembleias legislativas. Razão pela qual devemos estimular nossa militância a se lançarem candidatos para defender os interesses da classe trabalhadora, que deve ser convocada a se incorporar aos Comitês de Luta que estão sendo organizados pela CUT.

2.2 É público, é do povo, é do Brasil: defesa dos bancos públicos

A campanha de defesa das estatais e dos serviços públicos tem conseguido revelar a importância dessas empresas especialmente os bancos públicos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e denunciar os ataques que as empresas públicas sofreram desde o golpe de 2016.

Os ataques aos bancos públicos resultaram no fechamento de agências, redução dos postos de trabalho e do crédito disponível. O BB fechou 2.249 agências e 24.594 postos de trabalho. A CAIXA fechou 32 agências e 11.454 postos de trabalho.

Os bancos públicos cumprem um papel estratégico na redução das desigualdades regionais e marcam sua presença em momentos cruciais para a economia brasileira. Estão majoritariamente presentes com suas agências nas regiões norte e nordeste, a participação é de 65% e 60,4%, respectivamente. Com a pandemia de Covid-19 a existência de agências bancárias físicas foram fundamentais para o pagamento do Auxílio Emergencial à população mais vulnerável.

A defesa dos bancos públicos nacionais, estaduais e regionais é uma prioridade permanente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF/CUT) devido ao papel de destaque que eles exercem na oferta de crédito direcionado, na





distribuição de programas sociais, na regulação das taxas de juros e no atendimento bancário à população de baixa renda.

Oferta de crédito a baixo custo para financiar setores estratégicos para a recuperação e retomada da atividade econômica, gerando emprego e oportunidades de trabalho, como atividades rurais, inclusive pequenas agroindústrias, construção civil, em especial programas habitacionais. O baixo custo do crédito (juros e `spreads`) e oferta abrangente de microcrédito são necessidades essenciais para a inclusão financeira, cuja oferta depende da defesa e fortalecimento dos bancos públicos e do papel social das instituições financeiras.

Bancos públicos geridos sob o comando de um governo portador de um projeto político de soberania nacional e de desenvolvimento sustentável, com responsabilidade socioambiental são imprescindíveis para que o Estado induza a retomada e o crescimento econômico, incentivando e regulando o uso das inovações tecnológicas, a digitalização das finanças e, em especial, novos empreendimentos, como Fintechs, etc.

Por isso, é fundamental reverter a tendência de destruição dos bancos públicos promovida desde 2016, quando tais instituições passaram a ter papel secundário na oferta de crédito, com fechamento de agências e redução do emprego bancário, o que se reflete em deterioração do atendimento à população.

Neste contexto, é preciso rever o papel do Banco Central do Brasil, que precisa deixar de ser uma fonte barata de recursos para a ciranda financeira dos bancos e passar a exercer papel ativo na regulação dos indicadores macroeconômicos, com foco no desenvolvimento de curto, médio e longo prazo. Razão pela qual é imprescindível que atue alinhado com o governo e suas áreas de comando no planejamento e na gestão econômica.

2.3 Defender nosso projeto de Sistema financeiro no parlamento





O Sistema Financeiro Nacional deve promover o desenvolvimento econômico e social do país, com geração de emprego de qualidade e renda para a população e redução das desigualdades regionais. O SFN atual retira recursos das empresas, famílias e do setor público através da cobrança de taxas de juros e tarifas exorbitantes, tornando-se um obstáculo ao crescimento econômico.

No SFN que defendemos, as instituições financeiras, bancárias e não bancárias, devem garantir o acesso da população e das empresas a crédito com taxas de juros compatíveis com níveis internacionais em segmentos prioritários, de modo a favorecer o investimento produtivo, o fortalecimento do mercado interno e o acesso da população a infraestrutura econômica e social, e para proteger as pessoas contra o endividamento exacerbado.

Em nossa proposta de SFN, os bancos públicos nacionais, estaduais e regionais devem ter papel de destaque na oferta de crédito direcionado, na distribuição de programas sociais, na regulação das taxas de juros e no atendimento bancário à população de baixa renda. A destruição dos bancos públicos em curso deve ser paralisada e revertida, recuperando seu protagonismo na oferta de crédito e presença em todos os cantos do Brasil.

O Banco Central do Brasil (BCB) deverá ter duplo mandato, ou seja, perseguir não somente a meta de inflação, mas também metas de emprego e renda. Além disso, enquanto entidade supervisora do SFN, o Banco Central deve abarcar em suas normas de regulação e fiscalização os novos participantes do sistema financeiro, como as Fintechs e Instituições de Pagamento, para impedir a existência de um sistema financeiro paralelo e desregulado, com alto potencial de gerar crises financeiras, como a observada em 2008, com graves consequências para o empobrecimento da população. O BCB deve ainda zelar pela suavização dos movimentos na taxa de câmbio do Brasil que impactam diretamente o custo de vida da população, estabelecendo controles de capital que dificultem entradas e saídas bruscas de capitais especulativos de curto prazo.





As inovações tecnológicas promovidas pelas empresas do setor financeiro no Brasil devem estar subordinadas aos objetivos de garantir melhorias no atendimento bancário no país e na oferta de melhores produtos e serviços financeiros para a população brasileira. Não podem visar exclusivamente o sistemático aumento de sua lucratividade.

Os diversos segmentos dos conglomerados financeiros, como seguradoras, instituições de pagamento, correspondentes bancários, fintechs, corretoras de valores compõem as cadeias de valor dos grandes bancos que operam no Brasil. Razão pela qual, as condições de trabalho dos trabalhadores do ramo financeiro, composta por estes segmentos, devem ser negociadas de forma conjunta por entidades sindicais que representem não apenas a categoria bancária, mas todo o ramo financeiro em suas múltiplas manifestações.

2.4 Reforma tributária, distribuição de renda e desigualdades

O movimento sindical e popular tem atuado no tema da reforma tributária no sentido de criar uma estrutura tributária solidária, progressiva, que tributa a riqueza, lucro, dividendos e busca aliviar a incidência sobre a baixa renda e o consumo.

No Brasil temos uma estrutura tributária regressiva, que faz os pobres pagarem proporcionalmente mais impostos do que os mais ricos. A estrutura de tributos do país está fortemente concentrada em impostos sobre o consumo e menos focada em impostos sobre a renda e o patrimônio. O principal objetivo da reforma tributária no Brasil deve ser a correção desta distorção. Além disso, no atual momento é fundamental arrecadar recursos que permitam o enfrentamento da crise econômica e social agravada pela pandemia do coronavírus. A estrutura tributária que devemos defender deve aumentar a cobrança de impostos sobre altas rendas e patrimônios, e, em simultâneo, reduzir a tributação sobre a população de renda mais baixa.





No que diz respeito ao Imposto de Renda de Pessoa Física é necessário estabelecer a ampliação da faixa de isenção do IR dos atuais R\$ 1.903,98 para um valor próximo a 5 salários mínimos, enquanto desde 1996 a tabela do IR apresenta uma defasagem de 113,2% em relação à inflação.

A cobrança da alíquota de 27,5% começa a partir de um valor muito baixo (R\$ 4.664,68). É preciso aumentar o número de alíquotas e aumentar o valor a partir do qual incide este percentual e ir aumentando para faixas bem maiores, revogando a isenção na incidência do Imposto de Renda para lucros e dividendos distribuídos.

No imposto de renda cobrado de pessoas jurídicas, é preciso estabelecer o fim da dedução de juros sobre o capital próprio sobre o imposto devido pelas empresas. Além disso, a cobrança de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) deve ter alíquotas mais elevadas para empresas com alta lucratividade, independente do setor econômico, o que iria reforçar o financiamento da seguridade social no Brasil.

No que diz respeito aos impostos sobre o patrimônio, é necessário instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas previsto na Constituição de 1988, mas nunca regulamentado. É preciso ainda aumentar as alíquotas máximas do Imposto sobre Heranças e Doações (ITCMD) que hoje é de até 8% e deveria estar em patamares próximos a 30%.

Por fim, conjugado ao aumento da arrecadação e melhor distribuição da estrutura tributária brasileira, é urgente a revogação do teto de gastos criado pela Emenda Constitucional 95 de 2016 que congelou por 20 anos em termos reais os gastos públicos, impedindo o Estado de cumprir suas responsabilidades diante das demandas da população, ainda mais em momento de crise como o que vivemos atualmente.

2.5 Defender o SUS e a seguridade social

O Sistema Único de Saúde, o SUS, tem se confirmado como a principal política social inclusiva no Brasil e um dos maiores sistemas





de saúde pública do mundo. O século XXI tem se mostrado, em todo o mundo, como um momento histórico de progressiva valorização da saúde como um bem fundamental e que está no topo das prioridades das pessoas. Essa relevância tem levado à valorização da importância dos serviços de saúde. E, nesse contexto de pandemia, as brasileiras e os brasileiros reforçam a essencialidade de um sistema público, universal, integral e gratuito como o SUS.

A defesa do SUS, público, gratuito e universal passa pela revogação da EC 95 que limita os gastos públicos; regulamentação da Emenda Constitucional n.º 29, com a aprovação da Lei n.º 141/2012, que estabelece mínimos a serem aplicados em saúde nos três entes federativos; recompor o investimento público no complexo de saúde; valorizar as pessoas que trabalham neste ramo e cobrar uma gestão coordenada no enfrentamento à pandemia com vacina para todas as pessoas.

Por fim, devemos combater a desestruturação das redes de atenção, que resultam em graves retrocessos assistenciais, como a saúde mental, cada vez mais essencial frente às pressões por metas e aumento da tensão no trabalho. Neste cenário, a única saída é radicalizar na oposição ao presidente genocida e reavivar as esperanças da sociedade em torno de um projeto democrático-popular de país onde o SUS será novamente prioridade. Esse projeto é materializado pela candidatura de Lula à Presidência da República.

2.6 Defesa do meio ambiente

O planeta grita por socorro e se manifesta. Tormentas, erupções, maremotos, terremotos. Vidas são levadas por avalanches, desmoronamentos, vendavais, enchentes e secas. A água que falta em uma região arrasta casas, carros e vidas em outra. É o descontrole ambiental, são sintomas de que a gula, avareza e incessante busca do lucro a qualquer preço, por um sistema econômico promotor de desigualdades, caminha rapidamente para a destruição das condições ambientais necessárias para o florescimento da vida.





Os seres humanos não podem continuar dominados por visões que desrespeitam a vida, o meio ambiente e a natureza. Isso precisa mudar. A racionalidade, que caracteriza nossa espécie, precisa ser recuperada para que a vida e a felicidade voltem a florescer e a ocupar espaços privilegiados em nosso planeta.

Uma relação harmoniosa e de respeito com a diversidade ambiental se torna difícil, quando autoridades governamentais e lideranças políticas tratam a vida com desprezo, adoram espalhar o ódio e fomentar a destruição das áreas ainda preservadas de florestas. Uma transição ecológica justa e soberania são essenciais. O controle soberano sobre o território e as infraestruturas estratégicas é fundamental para qualquer projeto nacional. Denunciamos e nos opomos às privatizações, à financeirização e a desregulação ambiental.

O Brasil precisa de paz e mais amor, mais atenção e cuidados com a vida e o meio ambiente, ao invés de mais armas, mais venenos e agrotóxicos mortais.

3 - Projeto inovador de organização sindical do ramo de serviços financeiros

Vivemos um cenário turbulento com profundas e intensas transformações. Pejotização, uberização, trabalho remoto, fintechs e Frank Working são apenas traços dos problemas para os quais o movimento sindical deve estar organizado e preparado para enfrentar. Também devemos estudar e nos preparar para a nova revolução tecnológica que estamos inseridos. A evolução trazida pelo 5G, metaverso, inteligência artificial, criará um ambiente inexplorado e sem paradigmas para a organização dos trabalhadores.

O 5G permite a ampliação do trabalho remoto e o virtual. Os trabalhadores remotos poderão ampliar a interação e a manipulação de objetos ou dados a distância, em tempo real, como se estivessem trabalhando presencialmente. Promete romper limitações trazidas pelos fatores tempo e espaço. A organização sindical terá que ir ainda mais fundo nesta nova forma de trabalho.





O contexto de crise econômica, de ataque às organizações dos trabalhadores e de novos arranjos produtivos demandará estratégias renovadas por parte do sindicalismo, de modo a manter seu grau de protagonismo na regulação das relações de trabalho e na própria construção de um país mais justo e inclusivo, com desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Frente a este contexto, nossa diretriz deve ser dar continuidade e intensificar a execução do plano de ação da CONTRAF/CUT, atualizando-o com as decisões do 6º Congresso e atuar fortemente por uma reforma sindical segundo as diretrizes da CUT, com liberdade sindical, autorregulação, direitos sindicais efetivos e legislação que elimine os atuais usos abusivos de interditos proibitórios, aplicação de multas, prisões de dirigentes, dentre outras ações antissindicais.

3.1 Ampliar a base de representação

Historicamente as formas de organização sindical foram produto de como a classe se uniu para lutar por seus interesses. Com a fragmentação em curso as centrais e seus sindicatos precisam se reinventar e ampliar sua representação a partir de sua atuação nas lutas e ações concretas de apoio e solidariedade com os trabalhadores, independentemente de sua forma de trabalho e organização.

A ampliação da base de representação da CONTRAF/CUT, bem como das entidades sindicais filiadas para todas as atividades e serviços do ramo financeiro (cooperativas de crédito, fintechs etc.), é crucial para que os trabalhadores e as trabalhadoras nas empresas do setor financeiro continuem sendo representados por entidades fortes e com alta capacidade de negociação e contratação.

A busca de novas filiações de entidades para a CONTRAF/CUT é permanente, como o é a filiação em cada entidade sindical. Nossa perspectiva é construir sindicatos representativos, democráticos, organizados pela base, independentes do Estado e dos patrões, relevante para os trabalhadores e para a sociedade. Nossa perspectiva deve ser a organização dos sindicatos por ramo e a





organização, por local de trabalho e outras formas a serem criadas para o trabalho homeoffice e colocando em perspectiva quais os passos para a sua implementação.

3.2 Reforçar a relevância da unidade

A unidade está no centro da atuação política da CONTRAF/CUT. Conquistamos a mesa única de negociação e o trabalho conjunto que realizamos nunca impediu nosso crescimento enquanto Confederação filiada à CUT.

Unidade na adversidade é um desafio permanente, imposto pela fragmentação social e do trabalho, com fortes impactos sobre a organização sindical. O princípio basilar é amplo debate e discussão das proposições e absoluta unidade e coesão nas ações.

Nossa diretriz deve ser uma busca incansável pela atualização de nossas formas de luta e organização, ampliando a participação, a capacidade de ação e a mobilização dos bancários e das direções das entidades. Cada entidade deve atuar pela construção de estruturas organizativas unitárias, espaços comuns de organização e ação coletiva capazes de acolher, organizar e fortalecer as lutas da classe trabalhadora nos territórios.

3.3 Reforçar a mesa única e as negociações

Esta é uma das maiores conquistas do movimento sindical bancário, que deve ser defendida e reforçada. A negociação coletiva explicita os conflitos e a correlação de forças, anunciando para a categoria a necessidade de se mobilizar e organizar. Um sindicalismo autêntico, combativo só é classista de fato quando é respeitado pela classe patronal na mesa de negociação, onde se apresenta de cabeça erguida, com lideranças representativas e preparadas para defender os interesses de seus representados.

Tão relevante quanto a mesa única nacional são as negociações por empresa e os COE's, onde as especificidades são tratadas por lideranças representativas, respaldadas por uma categoria mobilizada, organizada e consciente de que a defesa e ampliação de





seus direitos passam pela existência de sindicatos fortes e abrangentes.

3.4 - Contribuir para a estruturação do macrossetor de serviços da CUT

Neste contexto de profundas mudanças no mundo do trabalho, nas formas de produzir, distribuir e consumir, o setor de serviços se tornou imenso e sua organização sindical precisa estar entre as prioridades da CONTRAF/CUT.

A segmentação entre público e privado recebeu uma clivagem importante com o crescimento da terceirização e outras possibilidades de execução do serviço público com as desregulamentações. Por outro lado, as categorias que compõem o setor também têm sido segmentadas com a expansão da precarização, do trabalho por plataforma, com a terceirização, serviços prestados por micro empresas individuais, etc.

A prioridade é começar pelos serviços financeiros que se fazem presentes em diversos segmentos e ampliar a discussão no interior da CUT e do movimento sindical visando contribuir para a viabilizar o macrossetor de serviços, em que as entidades sindicais soberanamente dialogam sobre formas organizativas, incorporações, unificações e trabalhos em parceria para enfrentar os problemas decorrentes desta imensa fragmentação do trabalho.

Neste sentido, é preciso intensificar o debate político do Ramo Financeiro nas entidades sindicais filiadas e da CONTRAF/CUT.

3.5 - Potencializar a comunicação para fortalecer a organização e mobilização

Ampliar e fortalecer comunicação através de redes sociais e meios virtuais é essencial para fortalecer a organização e a mobilização dos trabalhadores. Temos obtido importantes conquistas nesta área, como demonstram a ampliação da participação da categoria nas assembleias e eleições virtuais.





Criar as brigadas digitais e os Comitês de luta

A CUT está organizando as brigadas e os Comitês de Luta como instrumentos essenciais para ampliar a discussão, o convencimento e o combate às mentiras e notícias falsas. O movimento sindical bancário precisa se dedicar na organização de comitês populares e dialogar com a categoria, mobilizando para a vitória eleitoral com um programa de mudanças que resgate os direitos populares, a soberania nacional e as empresas públicas.

As entidades sindicais filiadas à CONTRAF/CUT devem se inserir e fortalecer esta iniciativa, dialogando com dirigentes, ativistas e trabalhadores de base sobre a importância de participar ativamente desta batalha para que o Brasil que queremos se torne uma realidade.

A nossa meta é que ambas as iniciativas caminhem juntas e articuladas e que em cada entidade de base seja formado pelo menos um comitê de luta amplo, envolvendo preferencialmente trabalhadores de todo macrossetor de serviços, mas, no mínimo, o setor financeiro.

Concebidos prioritariamente de inserção territorial, mas também temáticos, eles podem renovar o nível de auto-organização do povo brasileiro, alterando a correlação de forças, hoje desfavorável para os trabalhadores. Essa auto-organização contribui para uma mudança na correlação de forças no Congresso Nacional, essencial para a defesa e ampliação de direitos.

3.6 - Fortalecer a estratégia internacional da CONTRAF/CUT

Em 1992, o 3.º Congresso do Departamento Nacional dos Bancários aprovou sua filiação à FIET — Federação Internacional de Empregados e Técnicos, iniciando uma relevante participação dos bancários brasileiros da CUT no cenário internacional.

O sistema financeiro mundial vinha rapidamente se globalizando, ampliando a sua influência e concentrando a riqueza na mão de poucos. Crescia a relevância da construção de um poder sindical amplo, para melhorar a vida dos trabalhadores em todos os lugares.





Uma organização que tivesse força para negociar acordos, marco globais, que garantissem direitos e avanços na justiça social.

O DNB foi sucedido pela Confederação Nacional dos Bancários CNB, confederação antecessora da CONTRAF/CUT na cena brasileira. A FIET foi sucedida pela UNI GLOBAL UNION na cena internacional.

Os bancários perceberam que a globalização e a revolução tecnológica e informacional vinham alterando as formas como se produzia, comercializava, distribuía e se consumia. As metamorfoses e este imenso salto científico empurrava as relações humanas para o formato digital, mudando as relações espaço e tempo, e superando ou destruindo grande parte das barreiras físicas. As agências bancárias, o atendimento presencial e os empregos perdiam espaço.

Essas mudanças alteravam as condições que propiciaram o desenvolvimento do modelo de sociedade de bem-estar social, onde os sindicatos obtiveram conquistas e estavam acostumados a lidar com os problemas. A globalização possibilitou forte acumulação de capitais e riquezas e transferiu decisões que se davam em âmbito nacional para uma arena internacional, em que as grandes empresas e os países imperialistas davam as cartas, reduzindo drasticamente a soberania dos Estados-Nação.

A globalização representa um estágio avançado do capitalismo imperialista, onde os estados nacionais são impelidos para uma situação de submissão. Governos foram depostos e a democracia foi substituída por regimes submissos. Fragilizados, os países passaram a enfrentar maiores dificuldades para se desenvolver de forma sustentável, distribuir renda e promover a igualdade e a inclusão.

Diante desta conjuntura, a CONTRAF/CUT priorizou, em sua estratégia, conhecer o funcionamento do sistema financeiro internacional, visando se antecipar e fortalecer sua estratégia nacional de mobilização, organização e negociação com a FENABAN e demais empresas. Neste contexto, ampliou sua participação articulada nos fóruns internacionais. Fez-se presente nos debates e nas ações em defesa da democracia, dos direitos humanos, direitos





laborais, justiça social e inclusão. Esta estratégia tem se revelado acertada e aumentado o protagonismo da CONTRAF/CUT em âmbito internacional.

